**Tecendo Consensos na Rede: Construção da Política Pública AD**

Como tudo inicia?

A experiência aqui relatada buscou envolver a rede intersetorial na construção de ações de prevenção e cuidado às pessoas em abuso de álcool e outras drogas.

Inicialmente, quando o gestor de saúde municipal recebeu o ofício do Ministério Público, voltado à promoção de ações às crianças e adolescentes do município. De imediato houve reconhecimento desta necessidade. Entretanto, tambem sobreveio, da parte da Saúde, varios questionamentos: esta é uma questão específica? É só do ambito da saúde? É construção vertical? E os demandarios por esta politica não precisam compor?

Considerando o ofício da promotoria, reconhecemos os apontamentos sobre a prioridade na aplicação de recursos, com definição de Política Pública de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente em Uso de Substância , com intervenção precoce, proporcionalidade e atualidade da intervenção, obrigatoriedade de informação e com participação do usuário. Ressaltamos que, a construção desta Política Pública requer uma articulação integrada dos diversos setores e, dialogou com um conjunto de estratégias que contemplaram, conjuntamente, a população adulta.

Com este entendimento sugerimos a constituição de uma comissão organizadora intersetorial composta dois representantes de cada unidade gestora dos setores: “educação”, “esporte lazer cultura e turismo”, “desenvolvimento social”, “planejamento e inovação”, “saúde”, “segurança pública”.

Elaboramos cronograma de ações que incluiu:

* reuniões da comissão organizadora, que contemplou momentos de formação sobre o tema.
* encontros territoriais das equipes com a população para identificar as necessidades relacionadas ao tema ( as Assembleias realizadas no cotidiano dos CAPS compuseram este processo participativo).
* reuniões estratégicas entre os membros da comissão para compilação dos dados obtidos e elaboração do relatório final.

O início dos encontros não foi nada fácil. Em reunião com diferentes atores da rede intersetorial percebemos que,” nem todos compreendiam o tema álcool e outras drogas” e o modelo de Cuidado, a partir da lógica da redução de danos como modelo de cuidado. Na verdade, era uma minoria que compreendia dessa forma. Uma outra fração não compreendia como uma questão de Saúde, mas de Segurança pública. Então, diversos olhares estavam postos para a discussão naqueles encontros: a lógica da abstinência, da redução de danos, da segurança pública, entre outros. Foi só após calorosas discussões que obtivemos alguns consensos em direção à construção do Plano Municipal. Foi possível, assim, perceber mais escuta dos gestores que não tinham uma visão tão ampliada sobre a temática.

Em fevereiro de 2024, após trabalho de um ano e cinco meses, a comissão concluiu o Plano Municipal de Álcool e outras Drogas: instrumento norteador para rede intersetorial de cuidado e para o planejamento estratégico da gestão municipal, com a finalidade de criar serviços, voltados para a temática e estratégias de ações assistenciais a serem implementadas nos serviços de atendimento e qualificar os já existentes na rede intersetorial. O plano municipal foi composto por diretrizes, ações, elencando os responsáveis, os parceiros e prazos para a efetivação destas ações.

A construção do plano municipal como produto em si foi somente a ponta do iceberg. O processo reverberou em outros momentos da prática assistencial cotidiana. Ao final, foi possível levantar reflexões e análise dos pontos discutidos entre os trabalhadores, dentre elas, o fomento do pensamento destes como Agente de Políticas Públicas. Isso proporcionou que os serviços e gestores envolvidos tivessem uma percepção ampliada sobre a temática, bem como o alinhamento comum orientado sob a lógica de redução de danos.

Outro produto que saiu fortalecido diante do processo foi a potência clínico-política das assembleias com os usuários, quer dizer, de como esse dispositivo pode ser utilizado para estimular a voz e o protagonismo do usuário; um dispositivo de protagonismo do usuário. Os trabalhadores passaram a ter um olhar mais sensível de tal no entendimento deste dispositivo como forma de cuidar também.

 Por fim, é importante relatar que a experiência de construção de Política Pública intersetorial foi uma tarefa desafiadora, mas também muito enriquecedora.